

Democracia e inovações institucionais: diagnóstico sobre os conselhos municipais de Piracicaba/SP

Paulo Moruzzi Marques, Renato Morgado, Alberto Kirilauskas, Juliana Monti e Luiz F. Beitem

Introdução

Este trabalho apresenta dados sobre o funcionamento dos conselhos piracicabanos obtidos em 2011 e 2012. Trata-se de resultados do projeto "Fortalecimento dos conselhos municipais de Piracicaba", realizado graças a uma parceria ESALQ/USP e Imaflora. Entre seus diferentes objetivos, este projeto visou a elaboração de um diagnóstico dos conselhos municipais de Piracicaba, entendidos como espaços de gestão compartilhada das políticas públicas. Desta forma, nossa concepção sobre o papel dos conselhos norteou a formulação das questões com as quais foi possível levantar informações junto aos presidentes e membros destes colegiados municipais.

Democratizando a democracia

Em primeiro lugar, concebemos que os conselhos se inscrevem numa perspectiva de contínua construção democrática. Em nosso entendimento, a democracia não deve ser concebida como um sistema de governança estático, respondendo a um número restrito de requisitos. Nesta ótica, consideramos muito limitado aquele conceito mínimo de democracia, para a qual apenas eleições regulares, liberdade de associação, sufrágio universal, voto secreto e competição interpartidária são consideradas dimensões que definem um sistema político democrático. A participação social neste conceito de democracia é muito esporádica e mesmo inibida. A democracia representativa que se desenvolveu entre nós mostra bem estes traços de baixa intensidade. Ela se funda em princípios segundo os quais a participação do eleitor nos processos políticos, ao escolher seus representantes, está encerrada. Esta concepção favorece a criação de um profundo abismo entre o eleito e o eleitor. É por esta razão que autores,

como Boaventura de Souza Santos (2002), consideram esta concepção de democracia como muito insuficiente. A propósito, o autor reconhece, na perspectiva de aprofundamento democrático, as complementaridades entre a democracia representativa e a aquela direta ou participativa. De todo modo, a democracia nesta linha de raciocínio deve favorecer permanentemente a transformação das lógicas que provocam injustiças sociais ou das relações de poder que impõem decisões autoritárias. A idéia de aprofundamento democrático tem como ponto de partida uma constatação de dissociação entre bem estar social e democracia. O incômodo causado por este tipo de dissociação se associa à propagação de sentimentos de descaso, indiferença ou apatia em torno da democracia. A perspectiva de reinvenção democrática funda-se na busca permanente da ampliação da participação social nos processos de tomada de decisão na esfera pública, o que depende de criatividade e perseverança daqueles engajados e sensíveis às vantagens de uma democracia participativa.

Nesta ótica, os conselhos podem ser tratados como uma base sólida para favorecer a democratização da democracia. Porém, a criação de conselhos não significa necessariamente uma perspectiva de aprofundamento democrático. Eles podem se tornar apêndices aprisionados de estruturas políticas duras e avessas a maior participação social. No entanto, os conselhos possuem um enorme potencial de reunir vontades e energias renovadoras para transformações políticas e sociais, podendo então ganhar força e espaço para se tornarem um pivô da reconstrução democrática. O primeiro desafio desta perspectiva é aquele de ampliar a participação em torno dos conselhos. A questão da comunicação

é aqui essencial, o que leva a considerar a centralidade da mídia na sociedade contemporânea (THOMPSON, 1995) e os limites para a democracia dos meios de comunicação de massa no Brasil (LIMA, 2004).

Seja como for, nosso diagnóstico considerou a diversidade crescente de meios de interação entre os conselhos e o conjunto da população, sobretudo no campo da comunicação eletrônica. Deste modo, foi possível detectar que os conselhos utilizam os seguintes meios de comunicação para sua interação com a sociedade civil: site ou blog (22%), imprensa (39%), facebook (11%), telefone (6%) e e-mail (33%), além de outras mais pontuais. Chama a atenção a informação segundo a qual 17% dos conselhos não divulgam suas atividades para a população.

Se associarmos aos conselhos o direito dos cidadãos de serem representados mais adequadamente, outro aspecto importante para sua avaliação se refere ao seu funcionamento conveniente. Assim, nossa equipe levantou informações sobre a relação entre conselhos e poderes públicos, notadamente em termos do funcionamento destes colegiados de políticas públicas. Assim, os dados obtidos revelam que 89% dos conselhos possuem apoio de recursos humanos, especialmente através de assistência administrativa, proporcionados pelas secretarias municipais as quais estão vinculados. Ademais, 61% dos conselhos possuem um local próprio e, em grande parte, meios para o desenvolvimento de suas atividades, tais como telefone, fax, computador com acesso a internet e material de consumo. Em quase todos os casos, a disponibilização deste recursos é realizada pela secretaria a qual o conselho é vinculado. A qualidade destes recursos é avaliada de forma positiva pela maioria (82% bom ou muito bom) de nossos

interlocutores. Apenas 12% avaliaram como “ruins” e 6% como “muito ruins”.

Enfim, o diagnóstico considerou, tendo em vista especialmente a proposta de realização de um curso de formação para os conselheiros, os conhecimentos julgados como mais pertinentes para uma participação mais efetiva nos conselhos. Deste modo, os principais temas apontados por nossos interlocutores foram: papel dos conselhos (68%); papel dos conselheiros (62%); transparência pública (47%); orçamento público (42%); papel do ministério público (40%); democracia participativa (32%); controle social (30%) e; negociação de conflitos (27%)

Conclusões

O trabalho avaliou vinte e três conselhos temáticos com incumbências na formulação e implantação de políticas públicas municipais. Considerando os conselhos como fermento poderoso para processos de aprofundamento democrático, nosso olhar levou a captar dados que se referem a múltiplas questões pertinentes, desde as formas de escolha de seus membros até as principais dificuldades enfrentadas por parte dos conselheiros. Enquanto instrumento de apoio ao curso de capacitação dos conselheiros, o relatório completo deste diagnóstico será notadamente difundido no Portal dos Conselhos de Piracicaba. Este último e o curso foram ambos previstos no projeto apoiado pelo Programa Aprender com Cultura e Extensão.

Referência bibliográficas

- LIMA, Venício A. (2004), “Sete teses sobre mídia e política no Brasil”. *Revista da USP*, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 48-57.
- SANTOS, Boaventura de Souza (2002). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- THOMPSON, John (1995), *Ideologia e cultura moderna*, Petrópolis: Editora Vozes.